



# Câmara Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

## EMENDA ADITIVA Nº 27/2025

Emenda Aditiva nº 27/2025 ao Projeto de Lei Complementar nº 006, de 3 de junho de 2025, do Poder Executivo que “Dispõe sobre a estruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Município de Campo Belo, estabelece normas gerais de enquadramento e dá outras providências”.

A presente emenda vem aditar o Projeto de Lei Complementar nº 006/2025, do Poder Executivo, para incluir artigo após o art. 29 do projeto original, com a seguinte redação, renumerando-se os artigos subsequentes:

**Art. [...]** O Poder Executivo promoverá a revisão geral anual dos valores constantes do Anexo II da presente Lei mediante a aplicação de índice oficial de correção monetária.

**Parágrafo único.** O Poder Executivo poderá, uniformemente, reajustar os valores do Anexo II em percentual superior ao índice oficial de correção monetária, hipótese em que será obrigatória a apresentação de estudo de impacto financeiro-orçamentário da parcela correspondente ao aumento real.

Sala das sessões, 6 de outubro de 2025.

*João Eduardo Freire Teodoro*  
**João Eduardo Freire Teodoro**

Vereador – Relator

Comissão Especial de Análise ao  
Projeto de Lei Complementar nº 006/2025

**Thales Patrocínio Camilo**

Vereador – Vice-Presidente

Comissão Especial de Análise ao  
Projeto de Lei Complementar nº 006/2025

*Bruna Lorraine Silva Cardoso*  
**Bruna Lorraine Silva Cardoso**

Vereadora – Presidente

Comissão Especial de Análise ao  
Projeto de Lei Complementar nº 006/2025

COMISSÕES:

06/10/25

CCJ

CSPM

CCFO

CSAS

COMISSÕES:

06/10/25

CPDAMA

CDHMIR

CDDMF

CEEC



# Câmara Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

## **Justificativa:**

A Emenda Aditiva nº 27/2025 institui a revisão geral anual dos vencimentos previstos no Anexo II do Projeto de Lei Complementar, assegurando a manutenção do poder aquisitivo dos servidores públicos municipais. Ao determinar a aplicação obrigatória de índice oficial de correção monetária, a emenda estabelece um mecanismo transparente e objetivo de atualização remuneratória, protegendo os servidores contra a erosão salarial causada pela inflação.

A previsão de possibilidade de reajuste real superior à correção monetária, condicionada à apresentação de estudo de impacto orçamentário, busca equilibrar a necessária valorização do servidor com a responsabilidade fiscal. Esse dispositivo permite que o Município, quando suas condições financeiras o permitirem, promova avanços remuneratórios que ultrapassem a mera reposição inflacionária, sempre com base em análise técnica que garanta a sustentabilidade das contas públicas.

A medida reforça o compromisso com a valorização do servidor público, alinhando-se aos princípios constitucionais da administração pública, em especial os da eficiência e motivação, ao mesmo tempo em que preserva o equilíbrio das finanças municipais. Dessa forma, a emenda concilia os legítimos interesses dos servidores com as exigências de uma gestão pública responsável.